

## INFORME SEMANAL

N. 13 | 27 de setembro a 01 de outubro de 2021

### **PLP 27/2020 – MODERNIZAÇÃO DA LC N. 130**

Nesta semana a Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de urgência para a votação do PLP 27/2020, que atualiza o marco legal do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Com a aprovação, o projeto de lei deverá ser votado diretamente pelo plenário da Câmara, agilizando sua tramitação. A proposta, que está nas prioridades de acompanhamento da OCB e da OCEPAR, permite que as Cooperativas de Crédito possam disponibilizar novos produtos já existentes no mercado, com mais agilidade e modernidade, atendendo integralmente a demanda por crédito.

### **PL 21/2020 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

No dia 29 de setembro o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 21/2020, que institui o marco legal para uso da inteligência artificial no Brasil. A proposta foi relatada pela Deputada Federal Luísa Canziani (PTB/PR) e estabelece diretrizes para o uso desta tecnologia, tendo como objetivos a promoção do desenvolvimento econômico sustentável assim como a competitividade e produtividade brasileiras. O texto também destaca o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, bem como o respeito à ética, aos direitos humanos, à privacidade de dados e à não discriminação como fundamentos para o uso desta tecnologia. O projeto segue para análise pelo Senado Federal.

### **PL 2.405/2021 – ENERGIA RENOVÁVEL**

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou, na forma do relatório substitutivo, o PL 2.405/2021, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet (PDT/PR), que prioriza a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) em pesquisas e desenvolvimento em fontes de energias renováveis, a saber: fotovoltaica, eólica, biomassa e biogás. A proposta busca implementar mecanismos de financiamento à produção de fontes de geração de energia limpa. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, segue para deliberação pela Comissão de Finanças e Tributação e pela CCJC.

### **EC 111/2021 – REFORMA ELEITORAL**

O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 111 que altera as regras da disputa eleitoral. De acordo com a Emenda, passa a valer a contagem, em dobro, dos votos a mulheres

## INFORME SEMANAL

N. 13 | 27 de setembro a 01 de outubro de 2021

e pessoas negras para fins da distribuição de recursos partidários para as eleições de 2022 a 2030. Também foi alterada a data de posse de presidente e governadores, que, a partir de 2027, ocorrerá em 5 e 6 de janeiro, respectivamente. O texto ainda contemplou a fidelidade partidária, disciplinando que deputados que deixarem seus partidos perderão o mandato, salvo nos casos de concordância pela legenda. As novas regras serão aplicadas para as eleições de 2022.

### **ALEP – PL 112/2021 – BADEP**

O plenário da ALEP aprovou, em 3ª discussão, a redação final do PL 112/2021 dada na forma da emenda substitutiva geral da Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto institui o Programa de Recuperação de Ativos, Créditos e direitos oriundos da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), utilizando-se de recursos recuperados pela Fomento Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Com a aprovação, a o projeto segue para sanção ou veto pelo Governador do Estado.

### **ALEP – PL 501/2021 – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

A ALEP recebeu, nesta semana, o projeto de lei n. 501/2021, de autoria do Governo do Estado, que impõe ao empreendedor a obrigação de adotar medidas de compensação para as atividades que sejam identificadas, durante o processo de licenciamento ambiental, como geradoras de impacto ambiental negativo não mitigável. Segundo a proposta, a gradação do impacto para a mensuração da compensação será regulamentada pelo órgão licenciador e deverá considerar a proporcionalidade dos efeitos ambientais, além do valor do empreendimento ou da atividade. As compensações poderão ser destinadas à manutenção de unidades de conservação, ou ainda, do órgão licenciador.

### **ALEP – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 5G**

Em 29 de setembro a ALEP promoveu audiência pública para discutir a implantação e os avanços da tecnologia 5G no Paraná. A audiência contou com a participação do Superintendente da Fecoopar, Sr. Nelson Costa, que destacou a importância da ampliação de cobertura em rodovias e no interior do Estado, além da necessidade de alinhamento regulatório federal, estadual e municipal e da destinação de recursos que possam subsidiar os investimentos em infraestrutura para a implementação desta tecnologia.